

Congresso terá 3 dias de esforço

O presidente do Congresso Nacional, senador Humberto Lucena, confirmou que foi fechado, ontem, um acordo informal entre os líderes partidários garantindo quorum para a realização, na próxima semana (dias 13, 14 e 15) de esforço concentrado para desobstruir a pauta de votações. Entre as medidas adotadas pelo Executivo, e que ainda não foram apreciadas pelo Congresso, estão os polêmicos decretos-leis que congelou a URP, instituiu o Trileão e que propõe a extinção do Incra. Lucena deseja ainda promover a leitura da mensagem presidencial sobre o Programa Orçamentário da União para 1989.

Resta ainda apreciação, pelo Legislativo, de 70 decretos-leis baixados pelo presidente Sarney e que promulgada a nova Constituição terão prazo de seis meses para se-

rem votados. Caso contrário, estarão automaticamente revogados. Humberto Lucena explica que, para desobstruir a pauta, faltava este acordo de líderes. "O voto de liderança é simbólico e suficiente para a aprovação dos decretos", disse, apesar de ressaltar que os atos controvertidos somente serão decididos pelo voto em plenário.

O presidente do Senado acha que a coincidência de datas — distribuição aos constituintes do texto aprovado pela Comissão de Redação e leitura do Orçamento 89 — poderá cooperar com o objetivo do esforço concentrado. Lucena inclusive já determinou a expedição de telegramas e circulares a todos os parlamentares, convocando para o comparecimento em Brasília nos próximos dias 13, 14 e 15.

Está previsto também, para a próxima quinta-feira (15), a leitura

no plenário do Congresso da mensagem de indicação do nome do ministro do Trabalho, Almir Pazzianotto, para ocupar vaga no Tribunal Superior do Trabalho (TST). Lida, a mensagem será remetida à apreciação da Comissão de Constituição e Justiça do Senado, para obter parecer. O presidente da Comissão, senador Alfredo Campos, sequer convocou reunião e não foi localizado, ontem, pelo JBr.

O Senado Federal, por sua vez, já marcou sessões para os dias 12 e 13 (pela manhã). Na pauta, discussão do acordo de cooperação econômica e técnica do Brasil com a URSS, do texto de protocolo de reforma da carta da OEA e autorização de pedidos de empréstimos feitos pelas prefeituras municipais de São Paulo, Natal, Campinas e Linhares, além da leitura do Orçamento/89 para o Distrito Federal.